

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1010725-89.2017.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Consórcio**  
 Requerente: **Jessica Bezerra da Silva**  
 Requerido: **Agraben Administradora de Consórcios Ltda e outro**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo**

VISTOS.

**JÉSSICA BEZERRA DA SILVA** ajuizou a presente **AÇÃO DECLARATÓRIA DE RECISÃO CONTRATUAL C.C DEVOLUÇÃO DE VALORES E PEDIDOS DE TUTELA ANTECIPADA** em face de **AGRABEN ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA** e **NOVAMOTO VEÍCULOS LTDA**, todos devidamente qualificados nos autos.

Aduziu a autora, em síntese, que em 08/03/2013 celebrou no estabelecimento da empresa NOVAMOTO VEÍCULOS LTDA contrato de adesão de consórcio para aquisição de uma motocicleta; que quitou em dia todos os pagamentos que lhe foram enviados; que pagou o total de R\$ 4.360,62, correspondentes a 33 parcelas; que aguardava o boleto da 34ª prestação, quando foi surpreendida com o comunicado de liquidação extrajudicial da primeira. Pediu justiça gratuita, a suspensão da exigibilidade do pagamento de todas as parcelas vincendas, que os requeridos se abstenham de negativar seus dados, a inversão do ônus da prova, a declaração da responsabilidade solidária das duas postuladas, e por fim a procedência da ação, para a devolução dos valores desembolsados.

A inicial veio instruída por documentos às fls.

**1010725-89.2017.8.26.0566 - lauda 1**

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

09/61.

Pela manifestação de fls. 67/69 a autora pediu a emenda da inicial, para que fique constando que ela (autora) não recebeu nenhuma motocicleta e nenhuma carta de crédito, o que foi deferido a fls. 70.

Devidamente citada, a correquerida AGRABEN apresentou defesa sustentando preliminar de ilegitimidade passiva, sustentando que a empresa PRIMO ROSSI ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS, assumiu a responsabilidade da administração do consórcio.. No mérito, argumentou que a restituição dos valores pagos deve se dar nos moldes do contrato; que não há que se falar em restituição dos valores pagos a título de taxa de administração, fundo comum do grupo, multa, juros e seguro de vida, vez que sua cobrança é assegurada por lei.. No mais, rebateu a inicial, pediu os benefícios da justiça gratuita e a improcedência da ação.

Citada, a correquerida NOVAMOTO contestou lançando preliminar de ilegitimidade passiva. No mérito, pontuou que não é responsável pela administração do grupo de consórcio e que após o encerramento da recuperação os consorciados receberão seus créditos. Finalizou com pedido de improcedência da presente demanda.

Sobrevieram réplicas às fls. 145/154 e fls. 191/197.

As partes foram instadas a produzir provas às fls. 198; a Agraben e a autora pediram o julgamento antecipado do mérito; a Novamoto permaneceu silente.

**É o relatório.**

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**DECIDO**, no estado em que se encontra a lide, por entender completa a cognição.

A preliminar de ilegitimidade passiva da corrê NOVAMOTO merece acolhida, ficando, nesse ponto revisto anterior posicionamento que este julgador adotava.

É que a relação jurídica, o contrato de consórcio, foi firmado apenas entre o autor e a Agraben (cf. fls. 22 e ss).

Mesmo que a venda tinha sido implementada nas dependências da NOVAMOTO e que esta atuasse em parceria com a outra empresa, é importante ressaltar que tal se dava, apenas no que diz respeito a captação do cliente e compra e venda dos ciclomotores sem qualquer relação com a atividade do consórcio implementado pela AGRABEN.

Quando muito o liame entre os postulados poderia surgir no ato de entrega do ciclomotor ao consorciado agraciado.

Ocorre que no caso, o que o autor busca é o desfazimento do contrato de consórcio e restituição daquilo que pagou, obviamente a Agraben.

Nesse sentido vem decidindo o Colégio Recursal local e o TJSP podendo ser citados, como exemplos os Recursos 0002559-22.2016 (do 1º Sodalício) e as Apelações 0056148-74.2008, 20ª Câmara de Direito Privado e 9055377-06.2009, 2ª Câmara Ext. de Direito Privado (do Segundo).

Em relação a ilegitimidade passiva da corrê

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****AGRABEN:**

Com base nos enunciados 51, FONAJE e 22, FOJESP, nada impede que a lide siga para que seja constituído título judicial apto a oportuna habilitação de crédito na Liquidação Extrajudicial.

Restou incontroverso nos autos a contratação do consórcio, a quitação de boa parte das parcelas e a não concretização da avença em razão da decretação de liquidação extrajudicial da correquerida AGRABEN.

Assim, a pretensão da autora tem amparo no disposto no artigo 475, do CC que prevê que “a parte lesada pelo inadimplemento pode pedir a resolução do contrato”.

Só isso já basta para proclamar a rescisão contratual e determinar a restituição à autora dos valores pagos, sem que a administradora possa reter qualquer montante a título de taxa de administração ou outros consectários, já que a resolução da avença decorre de culpa exclusiva sua, enquanto administradora do consórcio.

Ademais, a documentação apresentada nos autos limita-se a apontar a suspensão dos grupos de consórcio, sem informação clara aos consorciados. O direito à informação clara ao consumidor, na situação delineada, foi olvidado. Assim, esta ação judicial apresenta-se como necessária a adequada para que a autora consiga obter seu direito à entrega do bem ou restituição dos valores.

A possibilidade de restituição, pela habilitação, não apresentada de forma clara ao consumidor não há de servir de empecilho, portanto, ao manejo desta ação judicial.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Como decorrência da rescisão da avença, a restituição de valores há de ser integral. Isso porque a extinção da relação jurídica decorre de culpa exclusiva da acionada, não justificando a retenção de qualquer valor.

Ao contrário daquelas hipóteses em que o grupo de consórcio está em andamento, e a desistência decorre de mera opção do consorciado, no caso dos autos o desfazimento da avença dá-se por culpa da administradora. Frustrada a expectativa do consorciado, os valores devem ser integralmente restituídos.

A pretendida exclusão dos juros de mora também não prospera, já que o artigo 18, alínea “d” da Lei 6.024/74 não impede a incidência de juros, mas a condiciona a sua quitação à existência de ativo suficiente para pagamento do passivo.

Mais, creio, é desnecessário acrescentar.

\*\*\*\*\*

Ante o exposto, **JULGO EXTINTO O FEITO** em relação à correquerida **NOVAMOTO VEÍCULOS LTDA** e o faço fundamentado no art. 485, VI (ilegitimidade passiva).

Por outro lado, **JULGO PROCEDENTE** o pleito inicial em relação à corré **AGRABEN ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA.**, que deverá **RESTITUIR à AUTORA, JÉSSICA BEZERRA DA SILVA**, os valores desembolsados, com correção a contar dos respectivos pagamentos e juros de mora à taxa legal a partir da citação, o que deverá ser apurado por

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

simples cálculo na fase oportuna.

Fica ainda a corré Agraben intimada a se abster de negativar o nome da autora nas listas de “maus pagadores” ou caso já o tenha feito, fica deliberado que proceda o levantamento da referida negatificação. O descumprimento dessa ordem implicará no pagamento de uma multa diária de R\$200,00 limitada a R\$ 20.000,00

Autora e AGRABEN suportarão as custas do processo, rateadas na proporção de 50% para cada um.

A autora fica condenada a pagar os honorários advocatícios aos patronos da correquerida NOVAMOTO, que fixo em 20% sobre o valor dado à causa; a corré AGRABEN deverá pagar honorários advocatícios ao patrono da autora, que fixo, igualmente, em 20% sobre o valor dado à causa. Deverá ser observado o que dispõe o art. 98, parágrafo 3º do CPC, vez que a autora foi agraciada com os benefícios da justiça gratuita a fls. 63 e nesta oportunidade, defiro a Agrabem os mesmos benefícios.

Transitada em julgado esta decisão, caberá ao vencedor iniciar o cumprimento de sentença fazendo o requerimento necessário, nos termos dos artigos 523 a 525, do CPC.

Publique-se e intimem-se.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**1ª VARA CÍVEL**

**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

São Carlos, 08 de maio de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**